



A disputa discursiva sobre mineração em terras indígenas e o negacionismo ambiental no Twitter¹

The discursive dispute over mining on indigenous lands and environmental denialism on Twitter

Taiane de Oliveira Volcan²

Resumo: Este trabalho analisa a disputa discursiva sobre a mineração em terras indígenas no Twitter/X, investigando a normalização da exploração mineral e o negacionismo ambiental. A pesquisa utiliza métodos mistos, combinando a Análise de Redes Sociais (Wasserman & Faust, 1994) e Análise de Conceitos Conectados (Lindgren, 2016) para examinar 49.986 postagens. Nosso objetivo foi analisar a estrutura da conversação sobre o tema da mineração em terras indígenas e as diferentes estratégias utilizadas pelos grupos que participaram do debate na plataforma. Os resultados indicam a polarização do debate e que o ativismo ambiental teve dificuldade em romper sua própria, enquanto a extrema direita simplificou e distorceu o debate, fortalecendo sua narrativa sobre o tema. Além disso, mídia ocupou um papel de pouco destaque na discussão, mas contribuiu para suavizar a cobertura sobre a mineração e seus impactos socioambientais.

Palavras-Chave: Negacionismo Ambiental. Ato pela terra. Twitter/X.

Abstract: This paper analyzes the discursive dispute over mining on indigenous lands on Twitter/X, investigating the normalization of mineral exploration and environmental denialism. The research uses mixed methods, combining Social Network Analysis (Wasserman & Faust, 1994) and Linked Concept Analysis (Lindgren, 2016) to examine 49,986 posts. Our objective was to analyze the structure of the conversation on the topic of mining on indigenous lands and the different strategies used by the groups that participated in the debate on the platform. The results indicate the polarization of the debate and that environmental activism had difficulty breaking its own, while the far right simplified and distorted the debate, strengthening its narrative on the topic. In addition, the media played a minor role in the discussion, but contributed to softening the coverage of mining and its socio-environmental impact.

Keywords: Environmental Denialism. Act for the Earth. Twitter/X

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação da Ciência e Políticas Científicas. 34º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba - PR. 10 a 13 de junho de 2024.

² Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pelotas, Doutora em Letras, taianevolcan@gmail.com.

1. Introdução

Em janeiro de 2023, a descoberta de que 570 crianças de zero a cinco anos morreram de doenças evitáveis entre 2019 e 2022 na Terra Indígena Yanomami chocou o Brasil e o mundo³. Esse número representa apenas um vislumbre da situação devastadora enfrentada pelos povos indígenas brasileiros, que estão sendo lentamente extermínados pela nossa "civilização". Uma das mais recentes crises humanitárias foi, na verdade, resultado de fatores intrinsecamente ligados ao enfraquecimento das políticas públicas de proteção dessas comunidades, ao desmonte das políticas ambientais, ao descaso do Estado brasileiro com essas populações e ao incentivo explícito do governo Bolsonaro à mineração em terras indígenas.

No entanto, é fundamental reconhecer que a situação do povo Yanomami, assim como a da maioria dos povos indígenas no Brasil, não é apenas um reflexo de um governo e de sua negligência em relação aos indígenas e ao meio ambiente. Ela está profundamente enraizada na sociedade brasileira e na maneira como percebemos esses povos e seus direitos. A crise social e ambiental enfrentada pelos povos indígenas brasileiros decorre de uma percepção coletiva sobre o que deve ser prioridade para um país, um governo e uma sociedade. A crise dos povos originários é uma crise para a população brasileira e para o mundo, pois sua solução exige o real enfrentamento de sua origem, o fato de que, como sociedade, nos acostumamos a trocar capital humano e ambiental por capital econômico.

Neste capítulo, analisamos como o discurso sobre a mineração em terras indígenas brasileiras é construído por meio de um processo de apagamento e de negação das agendas ambiental e indígena nos debates políticos e midiáticos (Fairclough, 2013), sustentado pelos recursos das plataformas de mídias sociais, como o antigo Twitter, atualmente X. Observamos uma normalização (Foucault, 2003) das condições precárias de vida dos povos indígenas e da mineração em terras indígenas como uma mera atividade econômica. Examinamos como essas profundas transformações sociais são discursivamente construídas na sociedade brasileira e como o papel das plataformas nesse processo é essencial para compreender desafios atuais e relevantes, como a preservação ambiental e a subsistência dos povos indígenas.

³ <https://www.camara.leg.br/noticias/939153-camara-pode-instalar-comissao-externa-para-acompanhar-situacao-dos-yanomami/#:~:text=Mortes%20evit%C3%A1veis%20e%20omiss%C3%A3o,2022%2C%20na%20terra%20ind%C3%ADgena%20yanomami>

Para a construção do corpus de análise, trabalhamos com uma amostra de 49.986 postagens no antigo Twitter, atualmente X, que abordavam o tema da mineração em terras indígenas. Adotamos uma abordagem de métodos mistos para compreender as dinâmicas conversacionais e os discursos (Wodak, 2015). A Análise de Redes Sociais (Wasserman & Faust, 1994) foi utilizada para examinar as estruturas das redes, e a Análise de Conceitos Conectados (Lindgren, 2016) foi empregada para entender as ocorrências e co-ocorrências do discurso.

Nossos achados indicam que as estruturas técnicas e as permissões da plataforma contribuem para a disseminação e consequente legitimação de uma disputa discursiva polarizada sobre a mineração em terras indígenas, a qual também é influenciada pelo discurso da grande mídia brasileira além da esfera política. Nessa disputa, a temática ambiental é frequentemente reduzida a aspectos econômicos e burocráticos, posicionando-a, na prática, como um elemento secundário dentro de uma estrutura que apaga o que é central no debate: os direitos dos povos indígenas e seu acelerado processo de extinção.

2. O Debate sobre a mineração em terras indígenas

Em 9 de março de 2022, artistas e figuras públicas brasileiras se reuniram em Brasília para uma grande manifestação contra o chamado "Pacote da Destrução"⁴, um conjunto de projetos de lei que estavam sendo acelerados no Congresso Nacional, contendo medidas que ameaçavam o meio ambiente e reduziam unidades de conservação e terras indígenas no país. A manifestação, intitulada "Ato pela Terra"⁵, foi organizada pelo cantor Caetano Veloso e contou com amplo apoio da comunidade artística brasileira e de organizações voltadas para questões ambientais. O evento teve mais de oito horas de apresentações e discursos públicos, tornando-se a mais relevante manifestação ambiental do país fora das conferências da ONU.

Desde o início do governo Bolsonaro, em 2019, as questões ambientais tornaram-se um tema central no debate público, impulsionadas principalmente pela comunidade artística e por organizações sociais em resposta à postura negacionista de um governo que se posicionou

⁴ https://www.wwf.org.br/informacoes/noticias_meio_ambiente_e_natureza/?81828/Ato-pela-Terra-Artistas-e-organizacoes-denunciam-Pacote-da-Destruicao-no-Congresso

⁵ <https://www.wwf.org.br/?81848/Ato-pela-Terra-a-luta-pela-vida-e-contra-o-Pacote-da-Destruicao-ambiental-continua>

abertamente contra as discussões climáticas e ambientais. Em 2019, no primeiro ano do governo, o aumento do número de incêndios e do desmatamento na Amazônia provocou uma série de protestos em todo o país⁶. Em uma reunião ministerial de 2020, o então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, sugeriu aproveitar a atenção da mídia voltada para a Covid-19 para "passar a boiada", flexibilizando uma série de normas de proteção ambiental⁷. Em agosto do mesmo ano, a escalada dos incêndios florestais na Amazônia ganhou atenção internacional, e Bolsonaro foi mais uma vez criticado pelo seu descaso com a questão ambiental⁸.

De acordo com um relatório do Observatório do Clima⁹, o governo Bolsonaro foi o que menos investiu em políticas ambientais nas últimas duas décadas. Como consequência, houve um aumento de 212% nas invasões e um crescimento de 125% da mineração ilegal em terras indígenas. Paralelamente, as multas por desmatamento na região amazônica foram reduzidas em 40%, e a violência no campo aumentou, com um crescimento de 71% nos assassinatos nessas áreas¹⁰. O governo Bolsonaro também patrocinou projetos de grupos ligados ao agronegócio que atacavam diretamente o meio ambiente e os povos indígenas. Essa postura se intensificou no último ano de sua gestão, quando, ao lado do presidente da Câmara, Arthur Lira, o governo trabalhou para acelerar a aprovação do "Pacote da Destruição".

Entre as medidas do pacote, destacava-se o Projeto de Lei nº 191/2020, apresentado pelo governo federal, que autorizava a mineração, a geração de energia hidrelétrica, a exploração de petróleo e gás e a agricultura em larga escala em terras indígenas. Desde sua introdução, o projeto enfrentou forte e ampla rejeição por parte dos defensores do meio ambiente, o que retardou sua tramitação no Congresso. Em 2022, com a proximidade do fim do mandato de Bolsonaro, o projeto teve sua tramitação acelerada no contexto do "Pacote da Destruição", uma estratégia adotada para garantir sua aprovação e promulgação antes da saída de Bolsonaro da presidência da república.

⁶ <https://www.terra.com.br/planeta/meio-ambiente/liderados-por-artistas-milhares-protestam-pela-amazonia,b93158496d42ca1d819aeb779bf3ea7ezr0pjv4v.html>

⁷ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>

⁸ <https://g1.globo.com/natureza/amazonia/noticia/2020/08/18/leonardo-dicaprio-cita-aumento-dos-incendios-na-amazonia-e-critica-bolsonaro-duvidou-publicamente-da-gravidade.ghtml>

⁹ <https://oc.eco.br/mapa-da-destruicao-como-bolsonaro-rasgou-a-agenda-de-meio-ambiente-no-brasil/>

¹⁰ <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/03/bolsonaro-foi-o-presidente-com-menor-gasto-em-ambiente-desde-fhc-diz-relatorio.shtml>

Nesse contexto, líderes de organizações sociais e da comunidade artística brasileira intensificaram seus esforços para promover debates ambientais, realizando visitas e reuniões com representantes dos poderes Legislativo e Judiciário, concedendo entrevistas sobre o tema, promovendo discussões nas redes sociais e organizando mobilizações populares, como o Ato pela Terra. Esse movimento gerou uma resposta dos apoiadores do governo, especialmente nas plataformas digitais. Aderindo à postura negacionista do governo e diante da dificuldade de ignorar o tema devido ao crescimento do debate público, influenciadores digitais começaram a promover uma abordagem revisionista do debate ambiental nas plataformas digitais, especialmente sobre a questão da mineração em terras indígenas. Assim, surgiu uma campanha digital em favor da aprovação do projeto, que adotou a hashtag #PL191Sim como estratégia de mobilização da campanha.

A resposta ao debate ambiental seguiu estratégias recorrentes da comunicação da extrema direita brasileira (Farias, 2024), como a negação dos problemas ambientais, a defesa de que a mineração e o agronegócio em áreas protegidas fazem parte de uma agenda de desenvolvimento econômico para o país e os ataques à comunidade artística e às ONGs mobilizadas, com um foco particular no financiamento dessas organizações, conforme observado nos dados que compõem o corpus deste estudo. Embora a disputa narrativa sobre o Pacote da Destrução tenha ocorrido ao longo de 2022, o Ato pela Terra, devido à sua grande escala, tornou-se um momento particularmente relevante para análise, permitindo a comparação entre os discursos dos manifestantes da causa ambiental e o discurso negacionista promovido por representantes do bolsonarismo.

3. As características da plataforma e a polarização do debate no X

As plataformas ou sites de redes sociais permitem que indivíduos se expressem e socializem em um ambiente virtual (Recuero, 2009). Diferentes plataformas possibilitam diversas formas de interação mediada, caracterizadas pela maneira como os usuários constroem suas pessoas online e interagem entre si. Os fatores que determinam essas interações, ou seja, as possibilidades oferecidas por cada plataforma, são o que chamamos de permissões, as possibilidades de ação que surgem a partir de determinadas funcionalidades técnicas (Hutchby, 2001: 30). Neste trabalho, seguimos a perspectiva de Boyd (2010, p. 39), que entende permissões como "as formas [...] pelas quais as pessoas interagem com esses ambientes"

(estruturas tecnológicas). Essas propriedades introduzem, portanto, novas formas de interação e participação por meio da tecnologia. Esses recursos podem estar relacionados aos objetivos da plataforma, como o formato principal das interações suportadas (por exemplo, vídeos, fotos, textos), questões de privacidade, público-alvo e a organização dessas interações.

Neste trabalho, analisamos a plataforma de redes sociais anteriormente conhecida como Twitter, atualmente X, considerando que suas permissões contribuem para entender como as mobilizações do ativismo ambiental são organizadas online. O contexto de polarização que permeia as discussões sobre ativismo nas plataformas digitais também é um fator relevante. O X é uma plataforma de microblogging que favorece a publicação de mensagens textuais curtas e se baseia em uma lógica de conexão unilateral, onde um usuário pode seguir outro sem a necessidade de ser seguido de volta (Recuero, 2009), ou seja, não há necessidade de formação de amizades na plataforma. Como resultado, o X funciona como uma esfera de debate público na internet, tornando-se um objeto de análise particularmente interessante e uma plataforma relevante para o ativismo.

As permissões da plataforma também são essenciais para entender as dinâmicas de organização e disseminação dessas discussões, que são, geralmente, estruturadas por meio de hashtags (#), como *#atopelaterra* e *#PL191Sim*, analisadas neste estudo. As hashtags são elementos indexáveis que conectam conteúdos produzidos por usuários que não precisam estar conectados entre si (Bruns & Moe, 2014), permitindo, assim, a formação de redes conversacionais através do seu uso. Além de organizar as conversas na plataforma, o uso de hashtags também impulsiona os debates nas redes sociais, pois as hashtags mais populares no Twitter/X acabam sendo listadas em um painel da plataforma chamado "trending topics" (Boyd, Golder & Lotan, 2010), ampliando ainda mais o alcance do tema para outros usuários.

No entanto, a disseminação das discussões também é moldada pela estrutura unilateral das conexões no Twitter/X (Boyd, Golder & Lotan, 2010), o que dá a alguns usuários muito mais visibilidade do que a outros, tornando-os mais influentes no debate. Usuários influentes ganham mais visibilidade para suas postagens devido ao número de seguidores e tendem a receber mais retweets do que outros usuários. Isso significa que suas mensagens são republicadas por seus seguidores, estendendo o alcance dessas mensagens para suas próprias redes. A dinâmica do retweet ocorre em parte porque a prática está relacionada ao endosso ou legitimação de discursos (Geboers & Van De Wiele, 2020) e em parte porque representa um comportamento de engajamento dos usuários da rede, que, ao participar de um debate

amplamente difundido, também ganham benefícios para si mesmos e para seu grupo, como maior visibilidade (Recuero & Zago, 2012).

Com suas características, o X tornou-se uma plataforma extremamente relevante para a disseminação de debates na internet, sendo particularmente importante para o ativismo digital¹¹. Mesmo após quase duas décadas desde seu lançamento, a plataforma continua relevante como um espaço para debate público, engajamento e ativismo. Por outro lado, as mesmas características que permitem a amplificação das discussões, também moldam e direcionam os usuários para a formação de bolhas informacionais, onde indivíduos com posicionamentos semelhantes se isolam do restante da sociedade e só têm acesso a opiniões e informações que reforçam a visão interna do grupo (Sunstein, 2001).

Devido à lógica dos algoritmos que estruturam a plataforma, os usuários são cada vez mais expostos a conteúdos com os quais já concordam e com os quais interagem e, como consequência, sua percepção sobre os "debates públicos" acaba sendo distorcida. De um lado, há o fortalecimento de ideias e valores, que resulta em uma certa radicalização dos sujeitos a partir dessas perspectivas, de outro lado, o considerável isolamento em relação aos demais grupos, ou seja, a pensamentos diversos, gera uma percepção distorcida sobre o que é consenso ou não.

4. Metodologia

Os dados foram coletados do antigo Twitter, agora X, por meio da ferramenta Social Feed Manager (Prom, 2017). Essa ferramenta coleta e armazena automaticamente tweets públicos que contêm uma ou mais palavras-chave especificadas pelos pesquisadores via Twitter Application Programming Interface (API). Para este estudo, coletamos postagens que usaram as palavras-chave "#AtoPelaTerra", "ato pela terra", "#CaetanoPelaTerra", "Caetano pela terra", "#PL191Não" e "#PL191Sim" entre os dias 8 e 10 de março de 2022. No total, foram coletadas 49.986 postagens de 30.254 contas que participaram do debate. A partir desse conjunto de dados, buscamos responder às seguintes perguntas de pesquisa:

¹¹ Desde a aquisição da plataforma pelo bilionário Elon Musk, em 2022, frequentemente ela tem sido alvo de polêmicas em função das mudanças promovidas por Musk que transformaram o espaço em uma espécie de terra sem lei, onde praticamente nenhum conteúdo é removido por violar as políticas de comunidade e, até mesmo a remoção de conteúdos por ordem judicial é dificultada.

RQ1: O que a estrutura das redes analisadas nos revela sobre os grupos envolvidos no debate no Twitter?

RQ2: Como a questão da mineração em terras indígenas é enquadrada por esses grupos no contexto da plataforma?

RQ3: Como a imprensa enquadrou a agenda ambiental e indígena no contexto da plataforma?

Adotamos uma abordagem de métodos mistos para explorar as dinâmicas conversacionais e os discursos (Wodak, 2015) tanto dos apoiadores quanto dos opositores do evento nas redes sociais, com foco no debate mais amplo sobre mineração em terras indígenas no Brasil. Para isso, empregamos Análise de Redes Sociais (Social Network Analysis - SNA) (Wasserman & Faust, 1994) para examinar as estruturas de interação, juntamente com o modelo de Análise de Conceitos Conectados (Lindgren, 2016) para compreender os discursos predominantes por meio da análise de ocorrências e co-ocorrências dentro dos grupos.

Especificamente, analisamos a estrutura das conversas no Twitter/X utilizando as postagens coletadas entre 8 e 10 de março de 2022. A Análise de Redes Sociais permitiu identificar e visualizar padrões de interação no ambiente digital e os vínculos sociais (Wellman, 2001) formados por meio dessas trocas, representando essas estruturas em grafos (Freeman, 2004). Essa abordagem dupla não apenas forneceu dados empíricos sobre os padrões de interação dos usuários, mas também possibilitou uma visualização abrangente das estruturas sociais derivadas das redes online.

Inicialmente, examinamos as redes formadas pelos usuários que utilizaram a hashtag #AtoPelaTerra para promover o protesto. Na Imagem 1, observamos que essa rede é bastante densa e que o principal influenciador no debate foi o cantor Caetano Veloso, que convocou a manifestação. Além dele, celebridades e contas de ativistas ambientais ocuparam posições de destaque. Na tabela à direita da imagem 1, apresentamos o grau de entrada das contas mais mencionadas no debate, o que confirma a prevalência de celebridades e contas de protesto ambiental na conversa sobre o projeto de lei.

Observamos que a centralidade de celebridades brasileiras, como o cantor Caetano Veloso (@caetanoveloso), a cantora e ativista política Daniela Mercury (@DanielaMercury), a ativista e esposa de Caetano Veloso, Paula Lavigne (@PaulaLavigne), e o deputado federal

de esquerda Ivan Valente (@IvanValente) foi crucial para a disseminação da hashtag, fornecendo credibilidade e capital social (Recuero, 2009) para a discussão. Também notamos a centralidade de algumas contas pertencentes a não celebridades, mas que foram influentes no debate climático digital, como @fiscaldoibama, @ClimaInfoNews, @obsclima, @sosma e @avidanocerrado.

Estruturalmente, observamos uma rede densa, indicando a formação de um grupo ou comunidade. Em outras palavras, esses usuários estão estreitamente conectados e alinhados em suas visões sobre o debate, com líderes e influenciadores bem definidos.

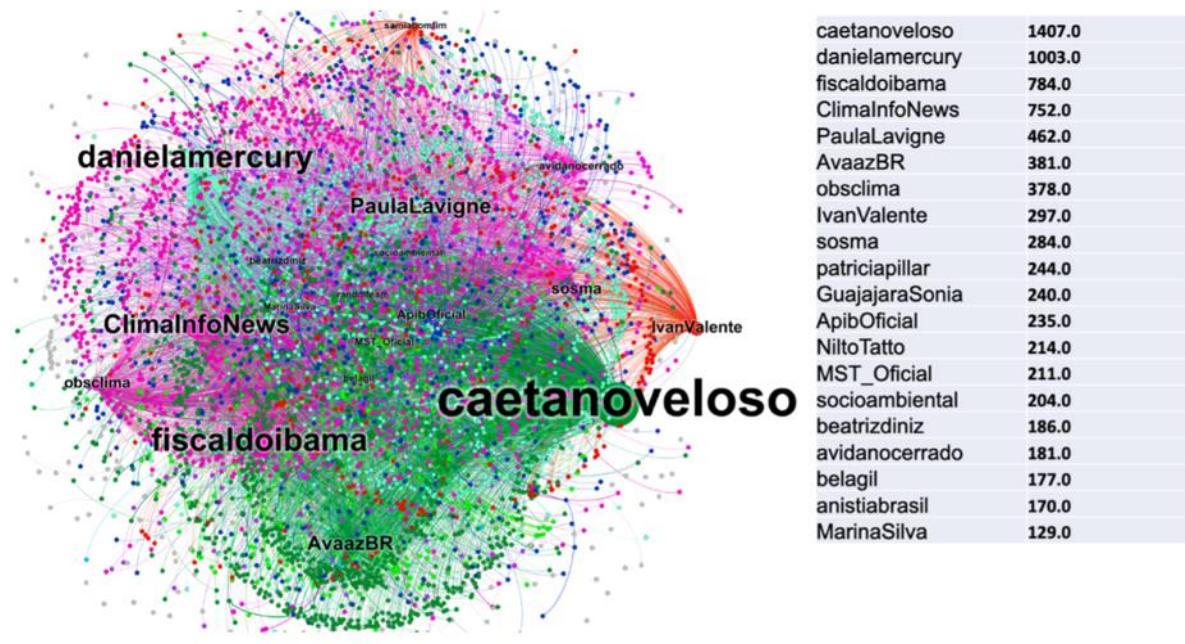


Imagen 1: Rede formada por usuários que publicaram a hashtag #AtoPelaTerra

Também observamos a rede formada pelos usuários que mencionaram o "Ato pela Terra", sem necessariamente utilizar a hashtag de mobilização do evento (Imagen 2). Mais uma vez, houve uma predominância de indivíduos e organizações alinhadas com questões ambientais, assim como representantes de partidos políticos de esquerda, como os deputados Guilherme Boulos (@GuilhermeBoulos), Ivan Valente (@IvanValente), Paulo Pimenta (@DeputadoFederal) e o senador Randolfe Rodrigues (@randolfap). Embora essa rede seja menos centralizada e densa, com uma presença mais significativa de líderes políticos, organizações sociais e veículos de mídia de esquerda como @MídiaNINJA, as contas

vinculadas a causas ambientais ainda dominam o debate. Uma observação relevante é a ausência de veículos da grande mídia na discussão, algo incomum em eventos políticos e populares de grande porte na capital federal. Isso sugere uma falta de cobertura do evento nas discussões da mídia tradicional.

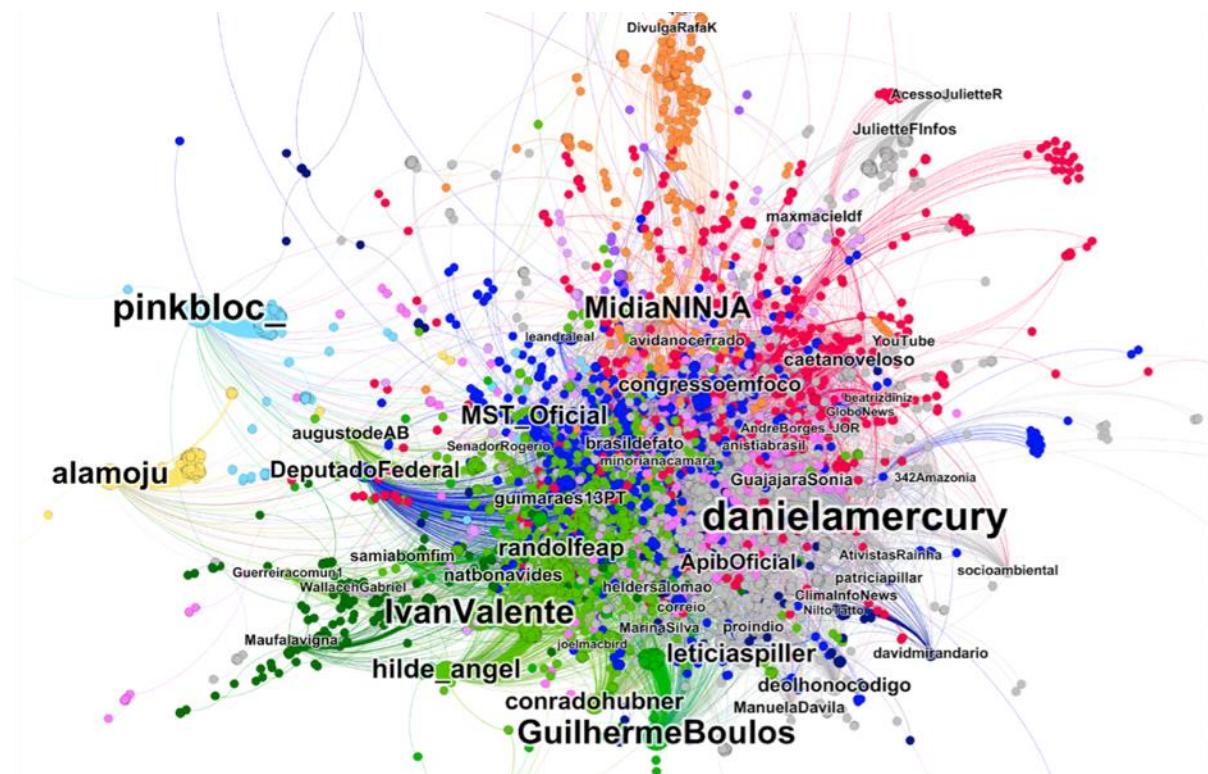


Imagen 2: Rede formada pelas menções de "Ato pela Terra"

Ao analisar a rede formada por contas que se opuseram ao movimento, mobilizadas por meio da hashtag #PL191Sim (Imagen 3), fica evidente que duas influenciadoras conhecidas no círculo bolsonarista, Bárbara Destefani (@taoquei1) e Paula Marisa (@profpaulamarisa), desempenharam um papel central. Ambas são extremamente atuantes nas redes sociais, especialmente no Twitter/X, desde antes da eleição de Jair Bolsonaro, utilizando hashtags e temas que ressoam com a extrema direita. Embora o debate opositor tenha ocupado um espaço consideravelmente menor, correspondendo a apenas 14.469 das quase 50.000 postagens analisadas, alguns aspectos são importantes para entender a estratégia do grupo.

Em primeiro lugar, observa-se uma presença significativa de contas desconhecidas ou suspeitas participando do debate, o que confirma os indícios de automação como estratégia utilizada pela extrema direita para impulsionar discussões nas redes sociais (Bastos & Mercea,

2017). Além disso, a ausência de líderes políticos da extrema direita é notável, pois a mobilização em torno desse tema foi conduzida quase que exclusivamente por influenciadores digitais, distanciando o governo de um envolvimento direto no debate público sobre o Projeto de Lei 191.

Por fim, conforme observado na tabela à direita, a extrema direita frequentemente mencionou figuras como Caetano Veloso e Alessandro Molon, rotulando-os como "esquerdistas" em um contexto negativo dentro de suas postagens.

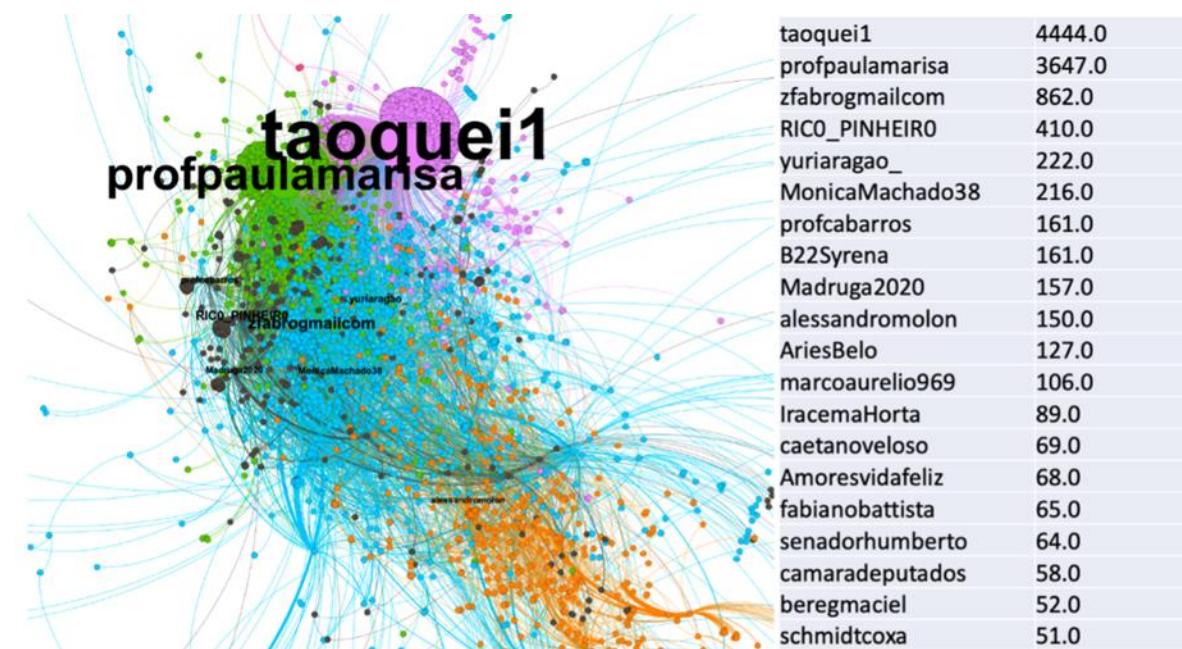
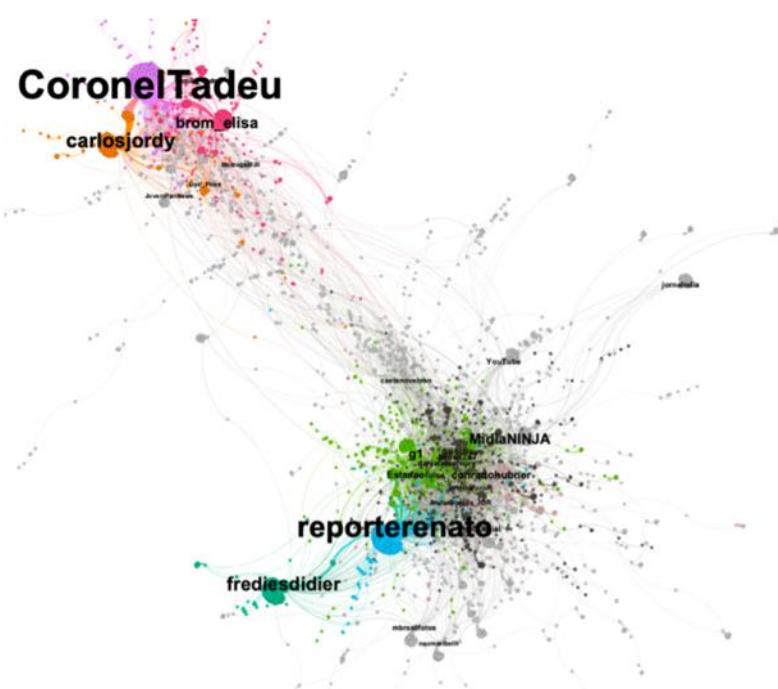


Imagem 3: Discussão sobre o #PL191Sim

No entanto, ao analisarmos a rede que discute "exploração mineral" (Imagem 4), um tópico relevante para compreender o debate em questão, já que a exploração mineral em terras indígenas é o objeto do Projeto de Lei 191, observamos dinâmicas diferentes. Essa rede não se caracterizou como uma rede ativista, como a que se formou em torno da hashtag #PL191Sim, mas revelou uma centralidade de representantes da extrema direita, particularmente figuras políticas, como o deputado federal Carlos Jordy (@carlosjordy). Além disso, nessa rede, observamos uma presença mais significativa de representantes da grande mídia, incluindo @g1, @Estadão e @GloboNews. Isso sugere que o debate midiático sobre o tema foi mais focado na discussão sobre a exploração mineral, muitas vezes sem mencionar a questão das terras indígenas, em vez de tratar especificamente dos projetos legislativos ou da realização do Ato pela Terra.



gen_heleno	3560.0
andretrig	1134.0
AndreBorges_JOR	402.0
DeputadoFederal	213.0
danielamercury	191.0
abocadelobo	88.0
AndreiaSadi	80.0
congressoemfoco	73.0
wallacerlopes	57.0
lupontesmolina	43.0
agenciapublica	43.0
camarotedacpi	36.0
medoedeliriobr	21.0
renatoigor	20.0
umaoutraopiniao	20.0
GloboNews	20.0
valoreconomico	14.0
davidmirandario	14.0
YMCBahia	14.0
brasildedefato	14.0

Imagen 4: Discussão sobre Exploração Mineral

O Discurso sobre Mineração em Terras Indígenas a partir do Ato pela Terra

Para analisar os discursos sobre a mineração em terras indígenas produzidos no contexto do Ato pela Terra, utilizamos a Análise de Conceitos Conectados (Connected Concepts Analysis - CCA) (Lindgren, 2016). Na CCA, a frequência de termos específicos e suas interconexões são usadas como unidades de análise. Primeiramente, extraímos as palavras mais frequentemente utilizadas em cada conjunto de dados e as examinamos manualmente em seu contexto de uso, a fim de classificá-las em conceitos mais amplos. Em seguida, analisamos esses conceitos em relação ao uso conjunto com outros conceitos dentro das mesmas formações discursivas (Foucault, 1999), formando assim redes de conexões entre os conceitos mais comuns. Essa abordagem nos permite identificar os principais temas e focos apresentados por cada grupo que participou das discussões sobre o tema durante o período analisado.

Consideramos relevante examinar como os diferentes grupos apresentam e sustentam suas narrativas sobre o tema, pois partimos da perspectiva de Fairclough (2012) de que a linguagem constrói e legitima a realidade social. Portanto, a linguagem pode ser utilizada como ferramenta para apoiar uma causa, como a agenda ambiental, ou para manter uma realidade

social, como a exploração de terras indígenas e o apagamento dos direitos desses povos. Além disso, ao analisarmos os discursos dos grupos ativistas, de ambos os lados, podemos identificar e caracterizar esses grupos por meio dos diversos elementos discursivos que os constituem (Recuero & Soares, 2020). Isso pode ser relevante para compreender as estratégias empregadas na produção e legitimação desses discursos (Van Leeuwen, 2007) no ambiente digital.

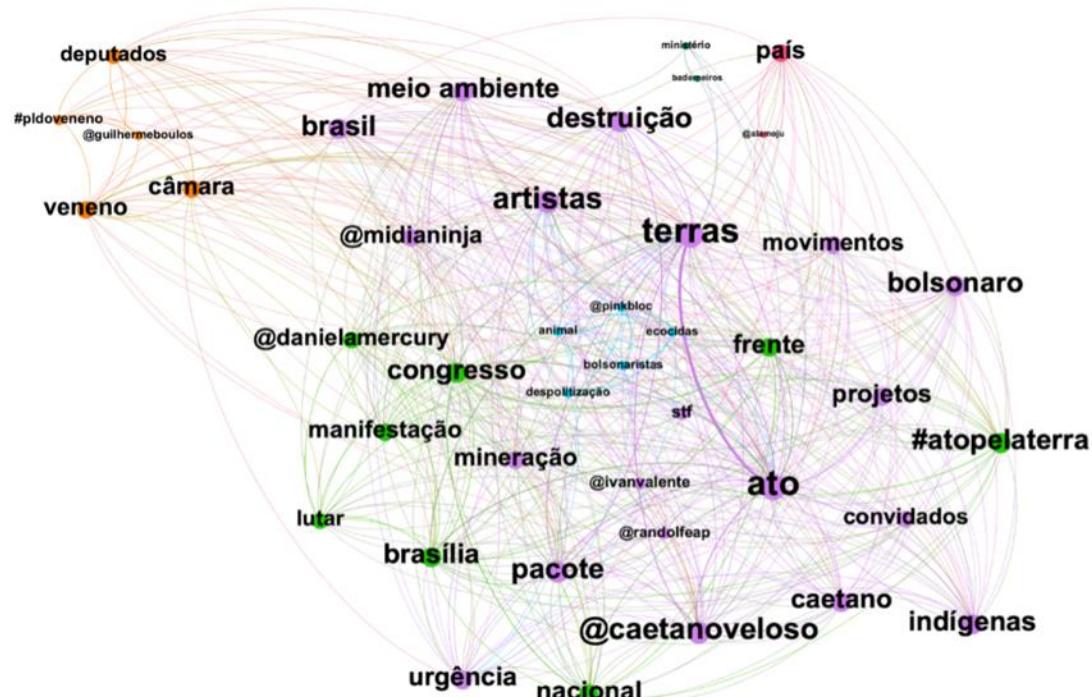


Imagen 5: O discurso sobre o “Ato pela Terra”

A Imagem 5 apresenta os principais conceitos dentro dos discursos relacionados ao Ato pela Terra e suas conexões. Primeiramente, o discurso predominante confirma o que foi observado na análise de redes, ou seja, trata-se de um grupo altamente coeso de apoiadores da mobilização. Observamos um discurso bem alinhado, centrado em hashtags de impacto, como #PLdoVeneno e #AtoPelaTerra, além de menções a personalidades envolvidas na organização do evento, como @caetanoveloso e @danielamercury. Embora o léxico predominante esteja relacionado ao debate ambiental, seguido por menções ao contexto político, questões específicas sobre a aprovação do projeto não são claramente articuladas, como os impactos ambientais nessas regiões ou os efeitos sobre os povos indígenas. Isso indica que, fora os líderes mais engajados, há uma falta de compreensão geral do público sobre o propósito mobilizador da ação, que é percebida principalmente como uma atividade artística. Do ponto de vista dos

mobilizadores, o discurso utilizado possui uma função emocional e poética, com ênfase em termos que visam mobilizar os sujeitos com base em noções e ideias já estabelecidas, como o termo "luta" para os progressistas e "urgência" ou "destruição" para um público mais engajado no debate ambiental.

Mesmo que esse grupo represente a maioria do debate dentro do corpus analisado, ao observarmos o discurso dos usuários que participaram da conversa sobre o Ato pela Terra, percebemos uma falta de profundidade no debate ambiental e nas discussões sobre mineração em terras indígenas. Em outras palavras, o debate enfrenta dificuldades para romper a bolha ativista (Sunstein, 2001) e a conversa acaba sendo dominada pelo caráter artístico do evento. O mesmo ocorre no discurso da grande mídia sobre o evento, em que a reunião de artistas na capital federal para um grande show ofusca a discussão sobre o propósito da mobilização. A mídia reduz a cobertura a manchetes genéricas, como versões de "Caetano (e artistas) fazem protesto/show no Congresso", apagando assim o aspecto da mobilização socioambiental, que acaba desaparecendo do debate público.

Exploração Mineral e o #PL191Sim

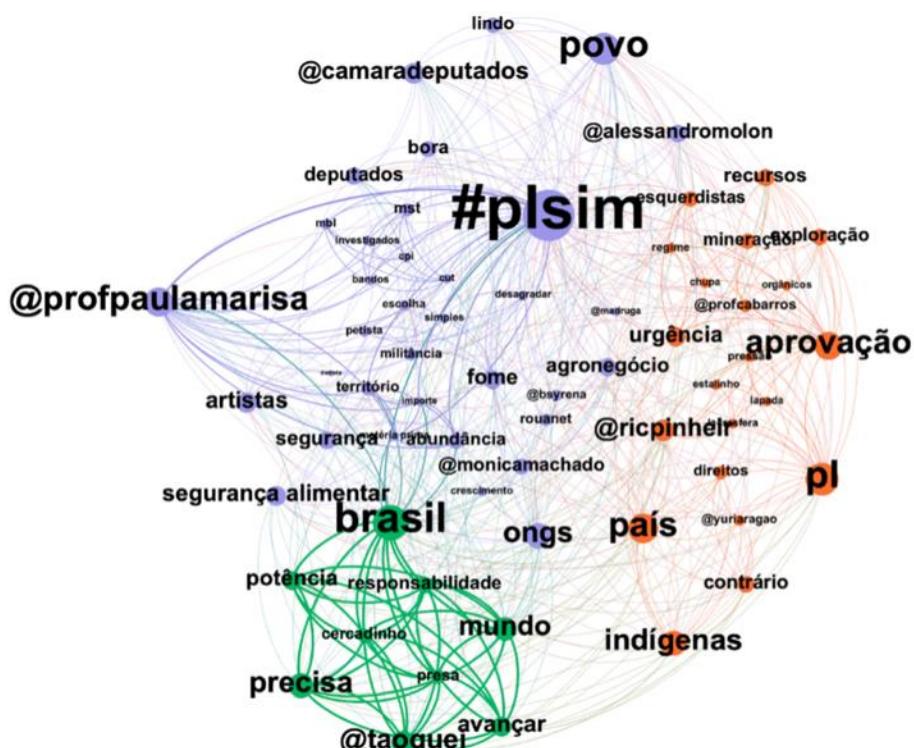


Imagen 6: Discussão sobre o #PL191Sim

Na Imagem 6, podemos observar o discurso em torno da hashtag #PL191Sim. Houve um total de 14.469 postagens feitas por 7.630 contas no Twitter/X, com uma média de 1,89 postagens por conta. Trata-se de uma hashtag ativista, utilizada para mobilizar usuários e dar visibilidade a uma determinada pauta. A conversa serve explicitamente como resposta às hashtags #AtoPelaTerra e #PL191Não. No entanto, além do envolvimento de líderes de direita e extrema direita, o discurso aqui adota um tom menos emocional, buscando, em vez disso, racionalizar a discussão, principalmente ao vincular a questão a aspectos econômicos e ao desenvolvimento nacional.

A estratégia empregada na defesa da mineração foca em uma suposta racionalização (Van Leeuwen, 2007) que relaciona o PL 191 ao desenvolvimento nacional, por meio do uso de "recursos naturais" e da "produção de matéria-prima", refletindo claramente a influência do discurso do agronegócio. Outro argumento presente é que o Brasil é uma potência que precisa não apenas progredir, mas também alimentar seu "povo", um termo fortemente enfatizado pelo grupo. Esse argumento da alimentação da população também é associado aos povos indígenas, por aqueles que vinculam o projeto de mineração à chamada "sustentabilidade alimentar" e ao combate à fome. Nesses contextos, surgem argumentos como "combate à fome", "direitos indígenas" e "desenvolvimento", deslocando o debate para longe da questão central da mineração.

A coleta de dados sobre "exploração mineral" (Imagem 7) resultou em um conjunto de 6.818 postagens feitas por 6.200 usuários, representando uma conversa alternativa sobre o tema, que não foi impulsionada por ativistas. Aqui, há uma presença mais significativa de veículos de mídia, mas não há um discurso ambientalista predominante. Em relação ao tom do discurso, é importante destacar um efeito simbólico de suavização (Bourdieu, 1991) alcançado pela substituição dos termos "garimpo ilegal" e "mineração" por "exploração mineral". Esse fenômeno ocorre, particularmente devido à construção simbólica em torno do termo "garimpo ilegal" no Brasil, que objetivamente se refere a práticas criminosas. Vale ressaltar que, em nossos dados, esse processo de substituição de "garimpo ilegal" por "exploração mineral" foi observado não apenas no discurso dos apoiadores do PL 191, mas também na cobertura midiática do ato e do debate sobre o projeto de lei nas redes sociais.

Por fim, nos discursos relacionados à #PL191Sim e às postagens sobre exploração mineral, observa-se um esforço para deslegitimar os atores envolvidos em causas ambientais. Políticos são rotulados como "esquerdistas", e artistas têm seus ativismos questionados, com indagações como "Quem está financiando o ato?" ou questionamentos sobre a presença de artistas em Brasília para reuniões e outras atividades relacionadas às questões ambientais. A guerra entre Rússia e Ucrânia também é trazida para o discurso pró-PL como um argumento de racionalização. Com a guerra, há um aumento na demanda por insumos nacionais, o que estes defendem que justificaria a mineração em terras indígenas. Como o projeto de lei foi proposto pelo governo federal, no grupo que discute especificamente a exploração mineral, as menções ao então presidente foram significativas, especialmente na mídia, tornando o termo "Bolsonaro" um conceito de destaque no gráfico.

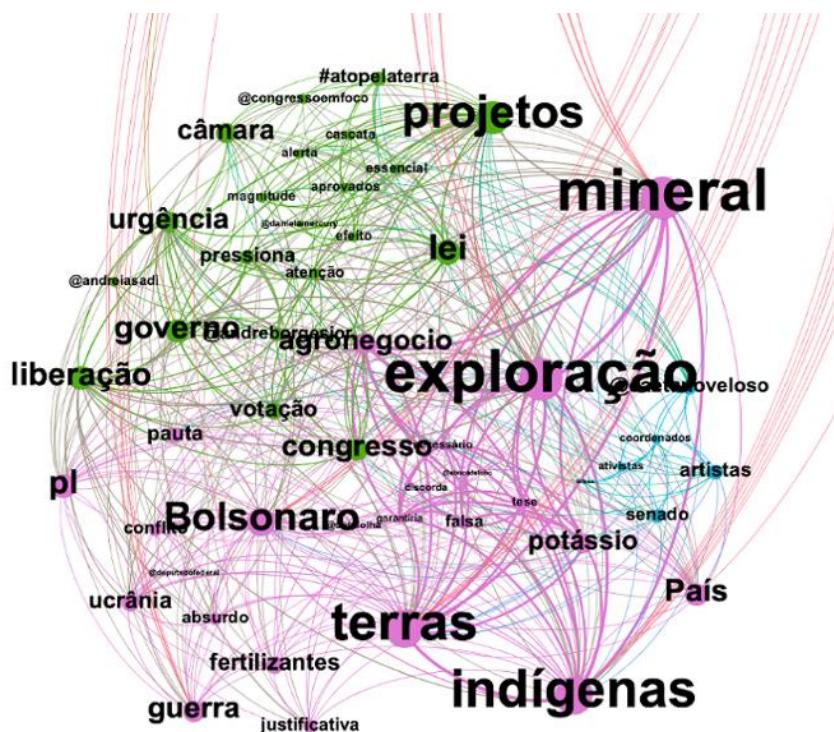


Imagen 7: Discurso sobre Exploração Mineral

Entre o apagamento e o negacionismo: O lugar dos povos indígenas no debate público
Nossas análises revelam que as discussões sobre questões ambientais, particularmente sobre a legalização da mineração em terras indígenas no Twitter/X, foram altamente

polarizadas, com a participação predominante de dois grupos claramente identificados - um a favor e outro contra os projetos de lei relacionados aos povos indígenas e ao meio ambiente. Cada hashtag mobilizadora, tanto a favor quanto contra o PL 191, circulou dentro de grupos já comprometidos com suas respectivas visões, nos quais, como observamos, os principais influenciadores do debate eram figuras nacionalmente reconhecidas por suas posições políticas e ideológicas. No entanto, esses grupos não conseguiram romper suas bolhas de rede para alcançar efetivamente o debate público mais amplo. Além disso, o ativismo ambiental não conseguiu transformar a mobilização do protesto - seja pelas plataformas digitais ou pela manifestação em Brasília - em um engajamento significativo dentro das redes sociais e da grande mídia para o debate ambiental. Do ponto de vista midiático, o aspecto de mobilização socioambiental do evento foi apagado, com o destaque sendo o grande show na capital federal, que reuniu dezenas de artistas engajados com as questões ambientais. No entanto, as causas defendidas por esses artistas, os projetos de lei que contestavam ou as reivindicações feitas ao Congresso Nacional não receberam espaço na cobertura da mídia. Como resultado, toda a possibilidade de usar as permissões da plataforma para disseminar informações e ampliar o apoio à causa ambiental foi desperdiçada, reduzindo-se apenas à divulgação de um evento musical, sem a problematização mobilizadora.

Por outro lado, essa lacuna acabou sendo preenchida com informações alternativas, muitas vezes falsas, mas que tentavam explicar e simplificar o debate para o público. De maneira muito mais eficiente, a extrema direita soube utilizar a estrutura da plataforma conseguindo, não apenas reforçar sua agenda dentro de seu grupo de apoiadores, mas também fornecer respostas e explicações sobre a pauta ambiental e o projeto de lei a partir da perspectiva daqueles que promoviam a hashtag #PL191Sim. Por meio de uma suposta racionalização do discurso, esses grupos distorcem o debate sobre o projeto de lei, o Código de Defesa do Meio Ambiente e o ativismo ambiental de forma mais ampla. Os defensores do projeto de lei recorrem a temas mobilizadores, como desenvolvimento e combate à fome, de maneira simplista, oferecendo respostas aparentemente lógicas. Mais do que isso, invertem o discurso ambiental, chegando ao ponto de afirmar que aqueles que defendem a mineração em terras indígenas estariam, na verdade, defendendo os direitos dos povos indígenas no Brasil.

Dessa forma, a estratégia comunicacional da extrema direita brasileira para a aprovação do projeto de lei que legaliza a mineração em terras indígenas envolveu a simplificação do

discurso para alcançar um público mais amplo, muitas vezes entrelaçando-o com desinformação que distorce tanto o projeto de lei quanto o ativismo ambiental. Isso foi realizado por meio do uso de termos eufemísticos, como a substituição de "garimpo ilegal" por "mineração", o que garantiu espaço na agenda midiática tradicional. Além disso, exploraram as características da plataforma para disseminar esse apoio por meio de influenciadores e fortalecer essa narrativa dentro da direita brasileira. Os manifestantes, especialmente os artistas, foram retratados como opositores políticos do governo Jair Bolsonaro, e não como ativistas ambientais. Consequentemente, o foco se deslocou da importância do protesto e do debate ambiental para uma disputa ideológica com o governo, reproduzindo táticas já utilizadas nas eleições de 2018 no Brasil. Tudo isso foi apresentado de forma simples e acessível ao público geral, com premissas como: "Os artistas querem atacar o governo porque perderam financiamento público"¹² ou "O que eles chamam de destruição ambiental é, na verdade, progresso e avanço econômico para o país"¹³.

No entanto, como essa foi uma discussão mais segmentada, com menor participação popular, os líderes políticos ligados ao governo federal desempenharam um papel menor na condução do debate, que foi liderado principalmente por influenciadores digitais. Por outro lado, o ativismo ambiental enfrentou dificuldades para romper a bolha ativista, mesmo com a participação de artistas e influenciadores que conferiram peso à militância online. Em relação à discussão do tema, a estratégia de promover a conversa por meio da hashtag do protesto (#AtoPelaTerra), e assim utilizar os recursos estruturais da plataforma, pode ter sido efetiva para divulgar o evento em si, mas contribuiu pouco para a compreensão pública sobre a mineração em terras indígenas e sobre outros projetos ambientais no contexto mais amplo da destruição ambiental.

Mais uma vez, o cerne da discussão - o processo sistemático de apagamento e destruição dos povos indígenas no Brasil, diretamente relacionado à destruição ambiental - foi suprimido. Por um lado, o grande protesto destacou a presença de artistas e a cobertura da mídia apagou o debate ambiental, promovendo, em vez disso, a cobertura do "Ato pela Terra" como um evento musical. No pouco espaço dedicado à disputa sobre o projeto de lei da mineração em terras indígenas, a imprensa também contribuiu para o processo de suavização do debate sobre

¹² Declaração repetida por vários apoiadores de Bolsonaro que apareceram nos dados.

¹³ Declaração repetida por vários apoiadores de Bolsonaro que apareceram nos dados.

garimpo ilegal, adotando o termo "exploração mineral", uma expressão também defendida pela extrema direita e por representantes do governo Jair Bolsonaro.

Assim, embora o Twitter/X seja um dos principais espaços de mobilização e debate no contexto das plataformas digitais - especialmente devido às suas características e estrutura que promovem a amplificação de discussões, a busca por visibilidade e o isolamento de conversas dentro de grupos ideologicamente alinhados -, ele funcionou muito mais como uma imensa câmara de eco, que reforçando ideias e legitimando ideias pré-estabelecidas em relação ao chamado pacote da destruição. As dinâmicas do debate ambiental, neste caso, mantiveram um ciclo vicioso de construção de significados sobre o tema, no qual aqueles que detêm poder no debate público ganham ainda mais força, enquanto os historicamente silenciados e marginalizados acabam, no melhor dos cenários, distorcidos e, mais uma vez, silenciados. Por fim, a mídia que possui melhores condições de romper com esse padrão, uma vez que o seu poder de alcance ultrapassa os limites dos grupos homogêneos, mais uma vez adota a linha neoliberal e um discurso economicista para suavizar a mobilização e apresentar o projeto de lei de forma bastante simplificada, evitando abordar questões como o impacto social e ambiental dos projetos de lei em questão.

Referências

- BASTOS, M. T.; MERCEA, D. The Brexit botnet and user-generated hyperpartisan news. **Social Science Computer Review**, Londres, v. 37, n. 1, p. 38-54, (2017). DOI: <https://doi.org/10.1177/0894439317734157>
- BOURDIEU, P. (1991) **Language and Symbolic Power**. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- BOYD, D., GOLDER, S., & LOTAN, G. (2010). Tweet, Tweet, Retweet: Conversational Aspects of Retweeting on Twitter. 2010 43rd **Hawaii International Conference on System Sciences**. doi:10.1109/hicss.2010.412
- BOYD, D. (2010) Social network sites as networked publics: affordances, dynamics, and implications. In: PAPACHARISSI, Z. (ed.). **A networked self: identity, community, and culture on social network sites**. Abingdon: Routledge. p. 39-58.
- BRUNS A and Moe H (2014). Structural layers of communication on Twitter. In: Weller K, Bruns A, Burgess J, Mahrt M and Puschmann C (eds) **Twitter and Society**. New York: Peter Lang, pp. 15–28.
- Farias, Déborah Barros Leal. 2024. “Rise of the Far-Right and Scientific (and Climate) Denialism: Repercussions on the International Order.” **CEBRI-Journal** Year 3, No. 11 (Jul-Sep): 52-68. DOI: <https://doi.org/10.54827/issn2764-7897.cebri2024.11.02.03.52-68.pt>
- FAIRCLOUGH, N. **Language and Power**. Routledge, 2013.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir. O nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- FREEMAN, L. **The development of social network analysis**. Vancouver: Empirical Press, 2004.
- GEBOER, M. A., & VAN DE WIELE, C. T. (2020). Regimes of visibility and the affective affordances of Twitter. **International Journal of Cultural Studies**, 23(5), 745-765. <https://doi.org/10.1177/1367877920923676>
- HUTCHBY, I. (2001). Technologies, texts, and affordances. **Sociology** 35(2): 441–456.
- LINDGREN, S. Introducing connected concept analysis: a network approach to big text datasets. **Text & Talk**, [s. l.], v. 36, n. 3, p. 341–362, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1515/text-2016-0016>. Disponível em: <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/text-2016-0016/html>.
- PROM, C. Tool Report: Social Feed Manager. **MAC Newsletter**, v. 45, n. 2, Article 9, 2017.
- RECUERO, R. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- RECUERO, R., & SOARES, F. (2020). The Disinformation Discourse about COVID-19’s cure on Twitter: A case study. In **SciELO Preprints**. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.84> (Original work published 2020)
- RECUERO, R; ZAGO, G . A Economia do Retweet: Redes, Difusão de Informações e Capital Social no Twitter. **Revista Contracampo**, v. 1, p. 19-43, 2012.
- SUNSTEIN, C. **Echo Chambers**. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- VAN LEEUWEN, T. (2007). Legitimation in discourse and communication. **Discourse & Communication**, 1(1), 91-112. <https://doi.org/10.1177/1750481307071986>
- WASSERMAN, S. & FAUST, K. (1994). **Social network analysis: Methods and applications**. Cambridge, MA: Cambridge University Press.
- WELLMAN, B. Computer Networks As Social Networks. **Science**, 293(5537):2031-2034, 2001.
- WODAK, R., Critical Discourse Analysis, Discourse-Historical Approach Lancaster University, UK, (2015). In book: **The International Encyclopedia of Language and Social Interaction**. DOI: 10.4135/9780857028020.d6